

DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: CONCEITOS E DESDOBRAMENTOS NORTEADORES PARA A AÇÃO DOCENTE



ANA PAULA ELADIO DA FONSECA

Graduação em Pedagogia pela Faculdade FACON (2017); Especialista em Psicomotricidade pela Faculdade FACON (2023); Professora de Ensino Fundamental I na EMEF Professor Mario Schenberg – PMSP.

RESUMO

A inclusão escolar é algo presente no paradigma educacional brasileiro: o atendimento educacional especializado já é algo garantido legalmente. A deficiência intelectual é uma deficiência presente nas salas de aula da educação brasileira da rede regular de ensino, porém, o atendimento educacional especializado é realmente garantido a estes educandos? Este estudo discorre sobre a lei de inclusão e se centraliza na deficiência intelectual, conceituando - a e explanando sobre o processo de ensino e aprendizagem da criança atípica, assim como a postura docente mediante a inclusão escolar do deficiente intelectual em seu percurso de desenvolvimento e aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Aprendizagem; Deficiência Intelectual.

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva compreender a deficiência intelectual em dimensões educacionais norteando a prática docente diante de estudantes que apresentam tal deficiência. Para que este objetivo seja alcançado, o estudo se centralizará no descortinar mentos de pontos específicos como: - Discorrer sobre a lei de inclusão; conceituar a deficiência intelectual e as dificuldades de aprendizagem por ela ocasionadas; explanar sobre as metodologias de ensino e função do educador diante de casos de deficiência intelectual presentes na sala de aula das escolas do território nacional.

A inclusão escolar é cada vez mais presente no contexto educacional brasileiro e por este motivo se faz necessária a compreensão das necessidades educacionais especiais para a promoção de um atendimento educacional de qualidade e conseqüentemente a garantia de aprendizagem dos educandos que apresentam deficiências física, mentais ou cognitivas. Por esta razão,

este estudo se origina da crença de que a deficiência intelectual precisa ser melhor compreendida para ser diagnosticada e ter a intervenção pedagógica correta para a garantia da aprendizagem do indivíduo.

Diante do exposto, c questiona-se como a deficiência intelectual é tratada no contexto educacional?

Toda a criança que apresenta algum tipo de deficiência tem o direito à educação, preferencialmente na rede pública de ensino. Este atendimento educacional especializado é garantido por lei, de acordo com o artigo quarto, inciso II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9395/96:

III – Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Mesmo sendo garantida legalmente, a educação especial é um grande desafio para docentes, equipe gestora e demais profissionais da educação, que não têm a formação necessária para desenvolver atividades que garantam a aprendizagem destes alunos.

Nas salas de aula das escolas de ensino regular do território nacional encontramos diversas deficiências que dificultam o processo de aprendizagem, dentre elas a Deficiência Intelectual.

Este estudo pretende discorrer sobre a aprendizagem da criança portadora da deficiência intelectual englobando os aspectos que permeiam a educação especial no país.

Para a estruturação e enriquecimento deste estudo foram realizadas minuciosas pesquisas bibliográficas, com abordagem qualitativa, compreendendo que, segundo Oliveira:

As pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitude dos indivíduos. (2002, p.117)

CONCEITUANDO A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Na literatura estudada para a construção deste estudo, encontram-se inúmeras definições referentes à deficiência intelectual; dentre elas a relatada por TEIXEIRA (2013):

A deficiência intelectual compreende um número de pessoas com habilidades intelectuais abaixo da média, e esse déficit de inteligência tem início antes dos 18 anos. Essas limitações causam diversos problemas no funcionamento diário, na comunicação, na interação social, em habilidades motoras, cuidados pessoais e na vida acadêmica.(p. 167).

De acordo com o autor acima referenciado (2013, p. 169) a deficiência intelectual tem quatro classificações: leve, moderada, grave e profunda.

Esta deficiência em grau leve caracteriza-se pela aquisição da linguagem oral com atraso, porém o indivíduo é capaz de se comunicar, e em alguns casos o grau leve também evidencia autonomia nos cuidados pessoais diários [...] além de demonstrar capacidade de acompanhamento nos conteúdos acadêmicos em turmas regulares de ensino. No caso da deficiência intelectual

moderada a criança apresenta uma grande dificuldade na compreensão da fala e no uso social da linguagem, necessitando de auxílio, e isso conseqüentemente limita parcialmente sua vida acadêmica. A deficiência intelectual grave a profunda provocam um prejuízo intelectual, funcional e motor mais grave, que demanda um auxílio mais constante e acentuado.

PLETSCH e OLIVEIRA ao analisarem os estudos de Vygotsky os referenciam afirmando que:

[...] as leis que regem o desenvolvimento das pessoas com deficiência, nesse caso específico com deficiência intelectual, são as mesmas das demais pessoas. Segundo Vygotsky, a criança com alguma deficiência não é menos desenvolvida do que as crianças sem deficiência, porém, é uma criança que se desenvolve de maneira qualitativamente diferente. (2012, p. 67)

As afirmações acima referenciadas permitem-nos compreender que os alunos com deficiência intelectual possuem a capacidade de aprender, porém em um ritmo diferenciado, não considerado comum para a aprendizagem. Por este motivo, o aluno que está inserido em uma sala de aula da rede regular de ensino necessita de uma análise individual, pois não há fórmula correta e pronta que lhe garanta a aprendizagem significativa. (SANI; ROSETTI JUNIOR, 2013).

A dificuldade de concentração é um aspecto que também se evidencia no aluno com deficiência intelectual. Eles necessitam compreender detalhadamente a sua rotina, conviver em espaços organizados e ter regras estabelecidas para o progresso de sua aprendizagem. (VIEIRA E QUADROS, 2010).

O estudante com deficiência tem o direito à educação e a escola. O corpo docente e a equipe de colaboradores precisam ter a formação continuada necessária para a promoção de uma educação de qualidade a esses alunos.

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

As pessoas com deficiência intelectual foram consideradas passíveis à educação somente no século XIX, por meio do trabalho árduo do médico Jean Itard (1774 – 1838) – o primeiro estudioso e pesquisador da educação especial.

A história da deficiência intelectual, é entendida em aspectos educacionais, como a deficiência em que o desenvolvimento do indivíduo é comprometido, apresentando um ritmo de aprendizagem mais lento se comparado ao padrão considerado normal. A existência de dificuldades individuais originadas por limitações neurológicas e intelectuais também são características desta deficiência, exigindo intervenções educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem.

Estas dificuldades apresentadas pelo deficiente mental têm estimulado os professores a proporem atividades pedagógicas como menor nível de dificuldade/ complexidade. Isto não é bom, pois os alunos com deficiência mental tendem a sentirem-se mais incapazes que os demais alunos, o que não atribui à esta prática a facilitação no processo de estímulo ao desenvolvimento cognitivo do educando, levando-o a desenvolver uma baixa expectativa sobre a própria capacidade de

aprender, o que conseqüentemente desencadeará uma sensação de exclusão no ambiente escolar.

Vale ressaltar que nenhuma pessoa deve ser rotulada de deficiente mental só por apresentar uma adaptação social prejudicada, pois inúmeros fatores levam ao desenvolvimento integral lento, como por exemplo, um processo escolar sem qualidade ou enquadramento social e ocupacional inadequado. (TELFORD E SAWREY, 1988).

Segundo TESSARO (2005) as maiores limitações presentes na deficiência mental não estão diretamente relacionadas com a deficiência em si, mas com as oportunidades não oferecidas às pessoas portadoras desta deficiência. A autora acredita que a vida da pessoa que possui deficiência gira em torno de suas limitações e incapacidades, deixando de lado suas potencialidades e aptidões.

Os maiores problemas enfrentados pela pessoa com deficiência mental estão relacionados às limitações e incapacidades da sociedade em aceitá-las do que no próprio organismo deficiente. (OMOTE, 1994). Segundo o autor, a denominação “deficiente” refere-se a um status adquirido e encarando a deficiência dessa forma, uma variável crítica é a audiência, pois ela é a determinante da denominação “deficiente” ou não. Isto nos leva a compreender que as pessoas não são consideradas deficientes pelas qualidades que possuem ou não, mas por um rótulo perante uma audiência que rotula a pessoa segundo seus próprios critérios. (p. 7). Com base neste pensamento, não se pode pensar na deficiência sem analisar a relação social estabelecida com os indivíduos portadores da deficiência mental.

A intervenção pedagógica nos casos da deficiência intelectual não pode atribuir ao educando maior nível de incapacidades do que ele realmente manifesta ter, e basear-se em expectativas negativas quanto ao seu aprendizado. Segundo FERREIRA (1995) os atendimentos educacionais e terapêuticos encaminham-se para uma linha de prática que reafirma as condições patológicas do aluno subestimando as condições deficitárias de ensino.

Com isto afirmamos que há a necessidade da modificação do olhar docente sobre a deficiência mental. A deficiência deve ser compreendida como uma condição apresentada pelo aluno à qual a escola precisa estar preparada para atender.

MANTOAN (1997) afirma que o processo de inclusão exige da instituição escolar novos recursos no processo de ensino e aprendizagem, gerados por meio da mudança atitudinal do corpo docente da instituição, eliminando o tradicionalismo de suas práticas, em busca de uma educação comprometida com as necessidades dos alunos independentemente de deficiências físicas, mentais, cognitivas, intelectuais ou emocionais.

VYGOTSKY em seu texto “Acerca dos processos compensatórios no desenvolvimento da criança mentalmente atrasada” (1931) faz uma reflexão sobre a aproximação da escola especial para a escola comum:

Ainda que as crianças mentalmente atrasadas estudem mais prolongadamente, ainda que aprendam menos que as crianças normais e ainda que, por fim, se lhes ensine de outro modo, aplicando métodos e procedimentos especiais, adaptados às características específicas de seu estado, devem estudar o mesmo que as demais crianças, receber a mesma preparação para a vida futura, para que depois participem dela em certa medida, como os demais. (VYGOTSKY, 1931, apud SILVA, 2007)

De acordo com o pensamento de CARVALHO (1997) a inclusão é um “processo” e, “deve ser paulatinamente conquistada”. É uma mudança do paradigma educacional em uma sociedade que não está adaptada a conviver com alguém “diferente”, e qualquer mudança deve ser feita gradativamente.

A PRÁTICA DOCENTE DIANTE DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A primeira ação que um professor deve ter ao receber um estudante com deficiência intelectual é analisar o conhecimento que ele já possui para determinar o que deve ser ensinado e como se dará o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, então o trabalho a ser desenvolvido poderá ser planejado sistematicamente, garantindo o aprendizado progressivo, estimulando a autoestima do estudante e a crença em sua capacidade de aprender.

MELLO (2004) durante uma reflexão sobre as teorias de aprendizagem de Vygotsky esclarece que:

[...] se ensinarmos para a criança aquilo que ela já sabe, não haverá nem aprendizagem nem desenvolvimento. O mesmo acontecerá se ensinarmos algo que está muito além de sua possibilidade de aprendizagem, ou seja, para além daquilo que ela possa fazer com a ajuda de alguém. (p. 144)

Segundo Vygotsky (apud MELLO, 2004, p. 144): “O bom ensino é aquele que garante a aprendizagem e impulsiona o desenvolvimento. Nesse sentido o bom ensino acontece num processo colaborativo entre o educador e a criança”.

A diversidade de cada aluno deve ser compreendida e respeitada pelo educador, e seu ritmo de aprendizagem deve estruturar a elaboração e aplicação de atividades pedagógicas de acordo com seu potencial.

A função do professor é mediar à aprendizagem, criando possibilidades que atendam às necessidades educacionais especiais do educando, respeitando o tempo e potencialidades de cada aprendiz.

Para que o processo de inclusão aconteça de forma satisfatória, o educador deve estar sensibilizado (psicologicamente) e capacitado (intelectualmente) para “mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar” (GLAT, ROSANA apud OLIVEIRA 2007, P. 15).

Os programas de formação e capacitação voltados aos professores devem proporcionar condições efetivas para que o professor trabalhe de imediato com seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não pode mais ignorar o que acontece em seu entorno, não dando a atenção necessária aos processos educacionais através dos quais, o ser humano é formado integralmente, e muito menos não reconhecer que aprender também implica em saber expressar-se, de diferentes formas, a partir de nossas origens, valores e sentimentos.

A literatura mencionada neste estudo evidencia que no cotidiano escolar, os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais incluídos nas salas de aula das escolas da rede regular de ensino, vivem uma situação de escolarização precária, ficando à margem das atividades em classe por conta de suas limitações.

Com base nos que este estudo apresenta, acredita-se que qualquer tentativa de inclusão deve ser analisada e avaliada em seus diversos aspectos, objetivando a garantia de que será a melhor opção para o estudante portador de necessidades educacionais especiais. (CORREIA, 1997).

É notório que a inclusão ainda enfrenta muitas barreiras, e ainda há muitos obstáculos a serem superados. O importante é que isso já se iniciou e espera-se que futuramente a escola seja um ambiente onde não haja discriminação e preconceito, um lugar onde as diferenças e o ritmo de aprendizagem sejam respeitados individualmente.

Esta pesquisa objetivou discorrer brevemente sobre a deficiência intelectual a fim de contribuir de alguma forma com a ação docente e as reflexões em torno da temática aqui abordada, caracterizando-se, portanto, como uma base norteadora para professores da rede regular de ensino no território nacional, não se esgotando em si, mas provocando reflexões futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. 1994.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado. 1998.

_____. **Coordenadoria Nacional Para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. 1989. Lei federal nº 7.853, Os direitos da Pessoas portadoras de Deficiência: Decreto nº 914/93. Brasília: CORDE.

_____. **1961. Lei Federal nº 4024/61 de 21 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Diário Oficial.

_____. Ministério de Educação e Desporto. 1996. **Lei Federal nº 9394/96 de 23 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional.** Brasília: Diário Oficial.

_____. 1990. **Lei Federal nº 8069. Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília.

_____. **Educação Infantil – Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades de Comunicação e Sinalização – Deficiência Física,** SEESP/ MEC, Brasília, 2006.

GLAT, R. **Inclusão Total: Mais uma utopia?** Revista Integração. Brasília, ano 08, nº 20, 1998. p. 26 – 28.

MELLO, S. A. **A escola de Vygotsky.** In.: CARRARA, K. (org). **Introdução à psicologia da Educação: Seis abordagens.** São Paulo: Avercamp, 2004.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon. SENAC.

_____. (Org.). 2001. **Caminhos pedagógicos da inclusão. Como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras.** São Paulo: Memnon.

OLIVEIRA, A. A. S. de. **Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência** . Bauru/ SP: Práxis, 2007.

OLIVEIRA, A. A. S. de; MISQUIATTI, A. G.N. (org). **Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2013.

OMOTE, S. **A integração do deficiente: um pseudoproblema?** Anais da XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto/ SP, 1994.

PLETSCH, M. D; OLIVEIRA, A. A S. **O atendimento educacional especializado (AEE): análise da sua relação com o processo de inclusão escolar na área da deficiência intelectual**. In.: MILNANEZ, S. G. C.;

QUADROS, E. A. de; VIEIRA, E. **Adaptações curriculares da Matemática nas séries iniciais para alunos com deficiência intelectual inseridos no ensino regular**. In.: PARANÁ,. Secretaria do estado de educação. **Superintendência de Educação: O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2010**. Curitiba: SEED/PR, V.1 (Cadernos PDE). Disponível em: www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/conteudo/conteudo.php?conteudo=20. Acesso fev. 2018.

SANI, E.; ROSETTI JUNIOR, H. **Aspectos do ensino da matemática e da educação Matemática no contexto da deficiência intelectual**. Revista Científica Linkania aster. Maringá, v.1, ed. 5, nº8, p. 110 – 164, abril/junho, 2013.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UNESCO, 1968. **A educação especial: relatório sobre a situação atual e tendências de investigação da Europa**.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos da defectologia (Obras escogidas)**, v. V. Madrid: Visos, 1931.

_____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.